

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	104.672	106.155	106.508	105.537	105.319	105.174	105.186	105.858	106.804	113.314	214.915	111.400	1.390.842	-
--	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	-----------	---

R\$1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.238.978.598,44	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	(17.102.908,00)	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)	(54.921.718,00)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	27.166.953.972,44	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.390.842.300,20	5,12
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.630.017.238,35	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.548.516.376,43	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.467.015.514,52	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 27/01/2021.

Nota1. Deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o valor referente ao pessoal cedido a outros órgãos, no montante de R\$ 3.331.411,10 (jan/20 a dez/20), sendo R\$ 2.614.117,03 de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 717.294,07 de Obrigações Patronais, conforme previsto no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, o critério adotado foi considerar o valor da despesa por competência, que compreende o valor a receber e recebido a título de ressarcimento.

Nota2. Em razão dos Acórdãos TC nº 355/18 e nº 42/20, ambos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, os valores abaixo discriminados que possuem natureza indenizatória classificados no Grupo 1-Pessoal e Encargos Sociais, não foram considerados na apuração da Despesa Bruta com Pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Licença-prêmio em pecúnia	R\$ 266.614,41
Terço constitucional de férias	R\$ 32.108.795,15
Férias indenizadas	R\$ 1.218.825,97
TOTAL DA EXCLUSÃO	R\$ 33.594.235,53

Nota3. O montante das contribuições previdenciárias ao RPPS no período de jan/20 a dez/20 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 137.695.919,85. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 263.349.256,46 limitado este ao total da referida despesa. Item 6, Acórdão T.C.- PE nº 1352/13.

Nota4. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Clisthenes José Pereira de Andrade Lima

Diretor Financeiro

Valéria Temporal Ferreira

Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFIC. DOS RECURSOS	DIPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercício Anterior (b)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar e Não Liquidados de Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	69.239.338,39	-	2.163.928,97	-	53.037.920,60	14.037.488,82	-	-	14.037.488,82
Recursos Ordinários – Adm. Direta (Tesouro)	69.239.338,39	-	2.163.928,97	-	53.037.920,60	14.037.488,82	-	-	14.037.488,82
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	112.605.520,84	-	1.788.260,96	-	9.152.259,99	101.664.999,90	-	-	101.664.999,90
Recursos do FERM – PJPE (Nota 1)	93.616.869,52	-	1.788.260,96	-	2.591.399,80	89.237.208,76	-	-	89.237.208,76
Recursos do FUNSEG (Nota 2)	11.769.852,01	-	-	-	-	11.769.852,01	-	-	11.769.852,01
Recursos Provenientes de Alienação de Outros Ativos	657.939,13	-	-	-	-	657.939,13	-	-	657.939,13
Recursos Extraorçamentários (Nota 3)	6.560.860,19	-	-	-	6.560.860,19	-	-	-	-
TOTA (III) = (I + II)	181.844.859,23	-	3.952.189,93	-	62.190.180,59	115.702.488,72	-	-	115.702.488,72

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 27 de janeiro de 2021.

Nota 1: Recursos do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM – PJPE.

Nota 2: Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

Nota 3: A informação objetiva evidenciar o montante de recursos que não se origina das fontes de recursos constantes do orçamento deste Poder, por se tratar de ingressos pertencentes a terceiros, oriundos de cauções e depósitos relacionadas a licitações e outros ingressos.

Nota 4: O detalhamento da disponibilidade de caixa deste demonstrativo difere do relatório publicado pelo Poder no SICONFI, em razão de alteração na plataforma do SICONFI, que impossibilitou a criação da identificação dos recursos de acordo com os cadastrados no sistema orçamentário e financeiro, limitando assim aquelas definidas pela STN. Entretanto, obrigatoriamente, mantida a igualdade do montante dos recursos vinculados e não vinculados.

Nota 5: O formulário foi ajustado em relação ao definido no Manual de Demonstrativos Fiscais, em virtude de limitação na ferramenta de publicação do Diário de Justiça Eletrônico. Por consequência, os números se apresentam desalinhados, não prejudicando as informações contidas no demonstrativo.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE. 019946/O

Clisthenes José Pereira de Andrade Lima

Diretor Financeiro

Valéria Temporal Ferreira

Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

RGF, art. 48 - Anexo 6

R\$1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	27.238.978.598,44
Receita Corrente Líquida Ajustada	27.166.953.972,44

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.390.842.300,20	5,12
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.630.017.238,35	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.548.516.376,43	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.467.015.514,52	5,40

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	115.702.488,72

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro – Unidade Responsável – Diretoria de Contabilidade – Recife, 27 de janeiro de 2021.**Nota 1:** O modelo utilizado para fins de elaboração deste demonstrativo seguiu a estrutura disponibilizada no Sistema SICONFI. As alterações ocorridas no MDF de fev/2020 ainda não foram atualizadas no referido sistema.**Nota 2:** O formulário foi ajustado em relação ao definido no Manual de Demonstrativos Fiscais, em virtude de limitação na ferramenta de publicação do Diário de Justiça Eletrônico. Por consequência, os números se apresentam desalinhados, não prejudicando as informações contidas no demonstrativo.**Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Clisthenes José Pereira de Andrade Lima

Diretor Financeiro

Valéria Temporal Ferreira

Chefe da Controladoria

ATO DO DIA 27 DE JANEIRO DE 2021**O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições,**